



A HISTÓRIA, OS HISTORIADORES E A ICONOCLASTIA

Professor Dr. Paulo André Leira Parente*

O fenômeno da derrubada de estátuas de personagens históricos controversos ocorreu em diversas épocas da História. Manifestou-se em culturas distintas no tempo e no espaço, desde a antiguidade até aos dias de hoje. Apresentou motivações variadas como, por exemplo, a política, a religião e a ideologia. Não foi uma manifestação histórica de uma única cultura ou de uma época distinta. O fenômeno da derrubada de estátuas corresponde, de uma forma mais ampla, a uma tentativa de apagamento da memória social e da ação histórica de um personagem ou de um período histórico. Trata-se de uma ação extrema que busca redefinir o futuro do passado e determinar justamente qual passado será lembrado coletivamente. Os personagens atingidos com a derrubada ou interdição de sua representação formal ou imagem tornam-se objetos de uma avaliação atualizada no tempo histórico a partir de critérios totalmente distintos daqueles que produziram a valorização de sua memória e, conseqüentemente, a necessidade de homenageá-los com estátuas e outras representações formais iconográficas. Esta ação em sua forma mais ampla é conhecida como Iconoclastia.

Nos dias atuais, a contestação de imagens e a percepção negativa em relação a diversos personagens históricos produziram amplo movimento de derrubada de estátuas observado em diversos países. Personagens históricos relevantes no passado tornaram-se controversos quando avaliados a partir de ações empreendidas ou ideias defendidas em desacordo com a

sensibilidade dos dias atuais. Assim, políticos, pensadores, navegadores, aventureiros, escritores e muitos militares tornaram-se alvo das ações que buscam o apagamento de sua memória, a desvalorização de suas ações no passado e a ressignificação de sua imagem no presente. Diversos historiadores indicaram as suas preocupações diante deste tema.

O historiador Marc Bloch identificou o anacronismo histórico como uma das características que invalidam o trabalho de pesquisa histórica e, conseqüentemente, as conclusões alcançadas pelas correntes historiográficas. O anacronismo histórico reside na formação de juízos de valor sobre as ações do passado tendo como premissas os valores e a visão de mundo de um determinado grupo social do presente representado pelo historiador. Dessa forma, o passado não é mais compreendido a partir de sua própria construção cultural ou visão de mundo. Mas sim, entendido sob um ponto de vista da rejeição dos valores de uma outra cultura que não está alinhada com aquela do presente defendida pelo historiador.

O antropólogo Enrique Florescano identificou como a principal função social do historiador a capacidade de revelar ao presente “quem somos?”, “quais foram nossas origens?”, “quem foram nossos antepassados?” e “como chegamos a este ponto e a esta encruzilhada da História?”, que é o tempo presente no qual vivemos em nossa geração cultural. Cabe ao historiador criar uma ponte entre o passado distante e o presente, revelar os tempos sombrios ou de glória das sociedades.



Estátua de Cristóvão Colombo derrubada em Minnesota, Estados Unidos, em 10 de junho de 2020. Foto: Tony Webster – <https://www.flickr.com/photos/diverse/50000129917>

Assim como dar testemunho seguro e confirmado pelos vestígios do passado dos esforços realizados pelos grupos sociais na longa jornada de construção de sua sociedade e de sua nação. Ao historiador cabe esclarecer como o presente foi construído, quais foram suas variáveis e quais foram as atitudes sociais e culturais determinantes em sua composição atual.

Jaques Legoff, por sua vez, apontou a distinção entre passado e presente como um elemento essencial para a concepção do tempo nas diversas culturas. Para ele, o tempo presente não se limita a um instante ou a um ponto próximo de nós. Mas sim, é definido por conter um período amplo no qual as sensibilidades e a visão de mundo são parecidas com as nossas próprias percepções da realidade social. Assim, seria equivocado transportar as certezas subjetivas individuais para o campo das crenças coletivas. Na realidade, o passado e o presente são diferenciados e, por vezes, se opõem radicalmente entre si conforme identificamos em alguns períodos revolucionários na História.

Françoise Choay analisou as diversas dimensões valorativas dos monumentos históricos, para além de sua percepção social como monumentos da cultura, da arte, da história, da etnia, da arquitetura ou da nação. Originalmente apreciados como antiguidades

ou objetos de antiquário, os monumentos ocupavam espaços de devoção e pertencimento restritos aos colecionadores, escolásticos, mecenas, patronos e eruditos. O olhar do antiquário destacou um valor intrínseco e absoluto ao monumento circunscrito ao seu passado temporal: o monumento vale por ser antigo. A ciência histórica inclusive optou por posicioná-los de forma secundária frente aos documentos escritos em seu esforço de construção do saber histórico. Os monumentos constituíam objetos exóticos que haviam perdido a sua função de uso pois seus senhores e o modo de vida no qual foram utilizados recolheram-se ao passado. O conjunto de monumentos, ruínas e objetos das culturas passadas formavam imagens pitorescas de um tempo perdido, em que pese este tempo ser o de sua própria cultura. Permitiam a observação de si próprios em outras épocas através de janelas para o passado romântico. A decadência, degradação e destruição dos monumentos lançava o aviso inexorável do tempo para os homens tal qual uma chama eterna da memória.

A ciência histórica erudita moveu os monumentos para o campo de estudos da arte, da arquitetura, arqueologia e do patrimônio, dentre outros. Através da arquitetura e dos monumentos foi possível ao passado se fazer presente em gerações futuras, mas também o

inverso, pois o presente percebe o passado através da sobrevivência de sua arquitetura e de seus monumentos. A arquitetura e os monumentos assumiram um papel fundamental de instrumentos da memória pois permitiam essencialmente lembrar o passado e tornaram-se portadores de um saber cujos pequenos laços de memória fortaleceram os valores afetivos da nação. Sem os monumentos haveria ainda um passado ao qual pertencer enquanto nação?

Nos dias atuais o monumento assumiu características que o elevaram a um patamar de ressonância cultural e de acolhimento social que permitem sua observação como objeto afetivo de valor. Podemos identificar, dentre estes valores, alguns mais relevantes para a sua exposição como elementos materiais e imateriais de uma memória afetiva ou, por outro lado, de repulsa a um conjunto de características que intrinsecamente representam. As mudanças inerentes à História determinam as alterações em sua escala de valores. Os monumentos adquiriram valores como elementos materiais e imateriais, subjetivos, memoriais, históricos, museais, étnicos, espirituais e religiosos, dentre tantos outros valores contemporâneos. Sem os monumentos haveria ainda um passado ao qual pertencer enquanto nação, destacadamente porque a possibilidade de reprodução de seus valores na geração seguinte está na origem das disputas em prol da legitimidade do poder para instituir o futuro do passado em um movimento complexo de memória, esquecimento, ocultação e silêncio. Cabe destacar que os movimentos iconoclastas do passado não alcançaram sucesso pleno na arte de velar as culturas e ideias que condenaram ao obscurantismo através da destruição de seus monumentos.

Assim, a lógica e as crenças que determinaram as atitudes culturais e as opções coletivas efetuadas em outras épocas históricas não são iguais àquelas do presente. As motivações do



Estátua do ex-presidente norte-americano Thomas Jefferson, localizada na Jefferson High School, Portland, Estados Unidos, derrubada na noite do dia 13 de junho de 2020.

passado que instituíram a construção de um monumento não são as mesmas dos dias atuais. Podem ser próximas como, por exemplo, a construção de monumentos que lembram as vitórias militares, os monumentos fúnebres ou comemorativos de grandes feitos militares ou individuais. No entanto, o significado do conteúdo que instituiu a sua memória corresponde a uma outra cultura. Os monumentos são vestígios do passado que nos informam sobre aqueles que estão representados em suas estátuas e iconografias. São objetos materiais e culturais do passado que nos ensinam sobre os valores e as

crenças de outras sociedades. Para os historiadores, os monumentos são documentos indispensáveis para a compreensão do tempo cultural. Ao historiador cabe a defesa e a proteção dos vestígios que sobreviveram à passagem do tempo e que permitem a construção do conhecimento histórico. A derrubada de monumentos não apagará o passado imaterial que ele representa em sua forma. Quaisquer que tenham sido as motivações que determinaram a construção de um monumento, elas sobreviverão em um conjunto variado de outros monu-

mentos e documentos que poderão ser conhecidos pelo historiador nos arquivos públicos ou privados em grande parte disponíveis na rede mundial. O apagamento absoluto de uma memória do passado não parece mais ser possível em virtude das tecnologias de arquivamento digital de dados disponíveis nos dias atuais.

A História nos apresenta períodos conturbados por revoluções, guerras, invasões, escravidão, genocídios, intolerância religiosa e política, dentre tantas outras formas cruéis de imposição do poder, dominação social e conflito armado. Por mais dura que seja a realidade social e cultural sobre a qual o historiador trabalha em seu cotidiano, não cabe a ele condenar os atos criminosos cometidos no passado. O historiador pesquisa



No Brasil, movimentos antirracistas defendem a derrubada da estátua de Joaquim Pereira Marinho, localizada em frente ao Hospital Santa Izabel, na cidade de Salvador, pelo fato do homenageado ter sido um traficante de negros africanos.

e revela o passado através da construção do presente. O historiador não é um juiz da moral de outra nação, de outro povo, ou da sua própria cultura. Mas sim um cientista social capaz de elaborar e dar publicidade à compreensão sobre a moral de outras culturas. O historiador pratica a arte da memória e maneja os laços e nós de seu pertencimento a uma cultura.

Goethe em sua obra *As Afinidades Eletivas*, escrita em sua fase de iniciado na alquimia, leva o leitor a acompanhar a vida de um casal de nobres que retornam à sua propriedade senhorial após muitos anos de ausência. Ambos estão convictos do acerto em iniciar uma duradoura relação amorosa já maduros e estão dispostos a pagar um alto preço por sua felicidade conjugal tendo em vista a experiência anterior de casamentos desfeitos. A senhora, Carlotta, para agradecer ao esposo inicia uma extensa obra de restauração das diversas construções da propriedade senhorial e de recuperação de seus bosques, lagos, jardins e veredas com o elevado intuito de oferecer ao senhor esposo Edward a vivência lúdica em uma propriedade de extrema beleza e perfeição. Na reforma do antigo cemitério, junto à pequena e silenciosa igreja senhorial da propriedade, Carlotta escolheu retirar todas as lápides de mármore dos antigos túmulos degradados e já envelhecidos espalhados no terreno. Decidiu colocá-los junto à parede lateral da igreja senhorial encaixados com perfeição, lavados e dispostos em ordem cronológica, conforme as datas dos passamentos indicadas nas lápides. O efeito alcançado foi aquele desejado pela senhora Carlotta: os mármorees muito limpos agora brilhavam em perfeita ordem, valorizando imensamente a pequena igreja senhorial e conferindo-lhe dignidade e graciosidade. Poucos dias depois, a senhora Carlotta foi procurada por uma comissão de habitantes e

camponeses do senhorio que lhe apresentaram uma queixa contundente por ter alterado a disposição dos túmulos ditada pelos costumes antigos. Para onde orar se não sabiam mais onde estavam os seus entes queridos já passados? Para onde foram os seus mortos desalojados de sua quietude que não compartilhavam mais com os vivos? Como se lembrar de quem não sabemos onde está? As astúcias da invenção muitas vezes podem abalar os fundamentos da memória e da tradição. Entretanto, o tempo será a principal força de reconstrução e preservação do passado na memória dos vivos. ■

REFERÊNCIAS:

BLOCH, Marc. Introdução à História. Lisboa: Publicações Europa – América, 1989.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. SP: Editora da Unesp, 2006.

FLORESCANO, Enrique. A Função Social do Historiador. In: Revista Tempo, Volume 4. RJ: Editora da UFF, 1997, p. 65-79.

GOETHE, Johann Wolfgang von. *As Afinidades Eletivas*. São Paulo: Nova Alexandria, 2008.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

LE GOFF, Jaques, NORA, Pierre et ali. *Patrimoine et passion identitaires*. Paris: Arthème Fayard, 1998.

PRANDI, Carlo, BELMONT, Nicole et ali. *Vida / Morte – Tradições -Gerações*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Einaudi, Volume 30, 1994.

*Coordenador do Curso de Pós-Graduação em História Militar brasileira da UNIRIO

“Derrubando a estátua de George III em Bowling Green, 9 de julho de 1776”, pintura de William Walcutt (1857) que retrata a destruição da estátua do rei George III pelos nova-iorquinos e pelas tropas de George Washington após uma leitura pública da Declaração da Independência em 9 de julho de 1776. Acervo: Lafayette College Art Collection.

